



LIVRO DE RESUMOS

Oficina 1 – Educação e desigualdades I: Processos e resultados escolares

Moderadora: Ana Diogo

23 (sexta-feira) – 14h30m – Sala C607

Vias sinuosas da (des)vantagem em educação: recursos, escolhas e distinções

Virgínio Sá & Fátima Antunes (Universidade do Minho)

Em Portugal, a consagração da educação básica e obrigatória de nove anos, pela Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, pode ser tomada como o sinal inicial de uma nova fase que, transformando o ensino secundário no *funil* do sistema, alterou simultaneamente a forma das *lutas concorrenciais* (Bourdieu, 1979) em torno da educação. A combinação de medidas de política educativa com recursos e cursos de acção que as diferentes escolas e as diversas categorias de famílias e jovens detêm e adoptam constituem uma tríade de fontes de dinâmicas das lutas culturais no nosso país em que se joga a realização da *escola pública* enquanto espaço de capacitação para o exercício de uma cidadania plena.

Os dados de uma investigação em curso em escolas de um concelho do Norte de Portugal permitem destacar a interacção de três domínios em que há lugar para questionar antigos e novos processos de fabricação de (des)vantagens e desigualdades em educação: i) a gestão e distribuição, no quadro das escolas, de recursos envolvidos com a constituição de turmas, horários, atribuição de professores; ii) as escolhas (de cursos, de escolas, de turmas, de opções e até de professores) e investimentos paralelos (por exemplo em 'explicações') de segmentos cada vez mais significativos de estudantes e famílias; iii) o impacto da publicitação dos *rankings* de escolas, elaborados a partir dos resultados dos exames nacionais de ensino secundário, quer nas decisões relacionadas com *escolas que queiram trabalhar para o ranking*, quer quanto à fabricação de *imagens* contrastadas: as *escolas da moda*, por um lado; as *escolas-refúgio*, por outro. Quais as consequências de tais processos na distribuição e apropriação dos bens educacionais (na democratização cultural e social) actualmente em Portugal?

Desempenho Escolar: Do ensino básico à entrada no ensino secundário

Cristina Roldão, David Nóvoas, Susana Fernandes e Teresa Duarte (Observatório de Trajectos dos Estudantes do Ensino Secundário - Equipa integrada no GEPE/ME)

O Observatório de Trajectos dos Estudantes do Ensino Secundário (OTES) aplicou em 2008 o questionário de âmbito nacional "Estudantes à Entrada do Nível Secundário de Ensino", envolvendo nesse processo 588 estabelecimentos de ensino (público e privado) e 46188 alunos do 10º ano ou equivalente.

A partir dos dados aí recolhidos foi possível desenvolver três vertentes de análise dentro da temática do desempenho escolar.

Em primeiro lugar, uma vertente já tradicional da sociologia da educação, em que se analisam as relações entre desigualdades sociais (socioeconómicas, de género e étnico-nacionais) e perfis de desempenho escolar.

Outra das vertentes remete para uma análise de percurso, observando-se os momentos de maior vulnerabilidade nos trajectos escolares destes alunos e suas semelhanças com as tendências mais gerais.

Por último, desenvolve-se uma análise das diferenças entre disciplinas (Língua Portuguesa; Matemática; Língua Estrangeira; Ciências Físico-Químicas) no que diz respeito à estrutura de classificações atribuídas/obtidas.

A escolarização nos Açores: entre a massificação escolar e os limites da edificação da escola de massas

Ana Cristina Palos (Universidade dos Açores)

Nesta comunicação procuramos retratar, com base num conjunto de indicadores estatísticos, o panorama da procura de educação básica e secundária nos Açores, a partir de meados dos anos 90. Apesar da significativa diminuição do número de alunos matriculados verifica-se que a procura de ensino apresenta um inegável incremento que tem desequilibrado a composição sexual dos públicos escolares, pois são os contingentes femininos que mais vantagens relativas têm retirado da massificação do ensino. Mas a análise de outros indicadores estatísticos permite-nos sinalizar

relevantes limitações no processo de democratização da educação: as elevadas taxas de repetência, a nível da escolaridade básica e secundária, ou as elevadas taxas de abandono precoce do sistema educativo, continuam a reiterar o insucesso da escola na promoção da igualdade de oportunidades, passadas longas décadas sobre o ideal democrático do direito a uma escolaridade universal.

Uma Europa em vários andamentos: padrões de escolarização e sistemas educativos

Susana da Cruz Martins (CIES-ISCTE)

Como tem sido recorrentemente afirmado, a dimensão escolar/educativa é uma das que melhor reflecte e, ao mesmo tempo, explica aspectos de desigualdade e diferenciação social nas sociedades contemporâneas ocidentais. A presente proposta de comunicação procura, do ponto de vista de uma análise estrutural, identificar os principais padrões de escolaridade e recomposições socioeducacionais no espaço europeu, bem como caracterizar de forma comparativa o contingente de indivíduos nos vários sistemas de ensino e algumas condições que enformam os seus percursos escolares. Tendo em conta o objectivo central da análise – a identificação de padrões de escolarização na Europa –, um outro, e em forte complementaridade, diz respeito a características dominantes dos sistemas educativos onde tais padrões tendem a emergir.

Estas perspectivas são analiticamente orientadas para o universo europeu e para o lugar de Portugal nesse contexto, permitindo a construção de um reconhecimento contextual dos principais padrões de escolaridade (que enquadram processos de escolarização e aquisições escolares), fazendo-se recurso a uma dupla leitura - sincrónica e diacrónica - de informação estatística, dando-se relevo às principais configurações de afinidades e desfasamentos num espaço transnacional. Tal proposta confere um retrato onde se registam algumas das exigências de crescimento e qualidade para os países europeus num contexto globalizado, evidenciando-se, sempre que possível, processos de mobilidade, reprodução e exclusão social.

Oficina 2 – Educação e desigualdades II: Percursos e experiências juvenis

Moderadora: Sandra Saúde

23 (sexta-feira) – 16h15m – Sala C607

Juventudes Brasileiras: trajetórias escolares e desigualdades

Eliane Ribeiro Andrade (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)

Pensar em processo de juventude e em condição social juvenil significa, necessariamente, pensar em um conjunto de processos de diferenciação. No Brasil, a situação dos jovens perante o sistema de ensino é um deles. A escolaridade, relacionada com a faixa etária, opera importantes diferenciações juvenis, especialmente se cotejada com a situação de vida das famílias dos jovens – determinada, principalmente, pelo *status* socioeconômico -, com sexo, cor, local de moradia, clivagens intergeracionais etc. Sem dúvida, não é possível se pensar em juventude como uma categoria independente do contexto no qual ela está inserida. Embora se possa afirmar que, hoje, o acesso e a permanência dos jovens na escola no Brasil se apresentam mais democratizados, por conta da universalização do acesso ao ensino fundamental na faixa etária de 07 a 14 anos, que vem ocorrendo desde os anos 1990, os processos vivenciados pela maioria dos jovens brasileiros e suas estratégias de escolarização ainda expressam as enormes desigualdades a que está submetida esta faixa da população. As “trajetórias escolares irregulares”, marcadas pelo abandono precoce, as idas e vindas, as saídas e os retornos podem ser assumidos como importantes sinais de que diferentes grupos de jovens vivem e percorrem o sistema de ensino. Tal processo é o indicador mais visível da diversidade do acesso, da permanência e do arco de oportunidades. A comunicação proposta é uma análise realizada a partir de dados disponibilizados pela pesquisa “Juventudes Brasileiras”, realizada pela Unesco, que atingiu mais de dez mil jovens em todo o país.

Jovens, percursos e transições entre a escola regular e o mundo do trabalho: formas e temporalidades identitárias e mundos vividos da formação profissional

Maria Sidalina Almeida (Instituto Superior de Serviço Social do Porto)

Tendo por base uma investigação sobre os processos de transição da escola regular para o mundo do trabalho de jovens que realizaram cursos de formação profissional no âmbito do Sistema de Aprendizagem – Formação em Alternância, esta comunicação pretende apresentar uma diversidade de percursos de transição.

Na identificação dos tipos de percursos de transição elegemos a diversidade de “formas e as temporalidades identitárias” e mundos vividos da formação que expressam as diferentes lógicas que surgiram reconstruídas e sistematizadas a partir do eixo biográfico e que remeteram para a dimensão temporal em continuidade intergeracional e biográfica. Colocamos em evidência as lógicas de acção ligando os

percursos dos jovens efectivamente seguidos na formação profissional no âmbito do sistema de aprendizagem, as relações diferenciadas com o saber, com as diferentes figuras do aprender, as significações dadas pelos jovens ao trabalho, as formas como falavam da qualificação e mais geralmente das relações entre formação e emprego, o modo como eles se relacionavam com o trabalho e com a profissão.

A vivência subjectiva da experiência de formação, esse acontecimento fundador do tempo de transição, ao promover a reconstrução da relação com o saber, foi a pedra angular da arquitectura temporal dos percursos, dando ao tempo biográfico a sua fonte de sentido e permitindo captar as continuidades intergeracionais e biográficas que estão presentes na reconstrução identitária dos jovens. Ao eleger-se as temporalidades biográficas associou-se o tempo de transição, a (re)significação do passado, numa perspectiva de encadeamentos temporais, e a projecção do futuro, numa perspectiva de desenlace.

Itinerâncias juvenis e a relação retorcida com a escola

Sofia Marques da Silva (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto)

Um estudo etnográfico realizado entre 2005 e 2007 numa Casa da Juventude situada na periferia da cidade do Porto com jovens rapazes e raparigas dos 14 aos 23 anos, deu conta de um conjunto de contradições em torno das quais se organizam *itinerâncias* juvenis marcadas por profundas irregularidades. A maioria dos/as jovens que frequenta este espaço encontra-se em processo de abandono escolar ou já abandonaram a escola muito antes do fim da escolaridade obrigatória. As biografias juvenis dão conta de transições para o encolhimento. Com poucos critérios de escolha procuram fazer opções num universo paradoxal: por um lado, repleto de lógicas de consumo e, por outro, estruturado por profundas desigualdades.

A maior parte das *itinerâncias* desenvolve-se em diversos contextos hostis, desde os níveis mais abstractos de uma sociedade que banaliza os percursos sombrios e menos visíveis dos/as jovens, passando pela escola, que se desmarca da responsabilidade social e induz à auto-expulsão, pelas famílias, que vão desgastando as possibilidades, até às experiências de empregos desqualificado, precário e mal pago.

Através do recurso ao conceito de *itinerância*, enquanto percurso que se vai fazendo, procura mostrar-se a relação retorcida e desgastada que os/as jovens estabelecem com a escola, protagonizando a diminuição das expectativas relativamente ao seu

sucesso no sistema educativo formal, bem como um encolhimento das suas perspectivas enquanto sujeitos educativos. É, talvez, porque os recursos individuais se encolhem que se encontram muitos/as destes/as jovens em processo de «arrefecimento» das suas expectativas, nomeadamente quando se deparam com as contradições de retórica entre uma maior responsabilização individual, que se traduz na construção de um projecto de si, e os recursos mínimos ao nível do capital social e cultural, não sabendo, muitas vezes, usufruir da sua escolaridade.

TRANSIÇÃO, INTEGRAÇÃO E MOBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Pedro Jacobetty & Jorge Horta Ferreira (CIES-ISCTE)

O sistema de Ensino Superior assume elevada importância no contexto social actual. Uma análise aprofundada deste sistema social e das suas lógicas de funcionamento interno implica compreender como ele se inscreve nas biografias dos indivíduos que o frequentam. A perspectiva biográfica permite compreender como se encadeiam as diversas etapas e transições na vida dos estudantes do Ensino Superior, e como estes mobilizam, em cada momento, diferentes recursos, materiais e cognitivo-simbólicos. Permite igualmente perceber as dificuldades que os estudantes encontram em cada grau de ensino e em cada área disciplinar específica. A análise não se restringe ao plano escolar, uma vez que as sucessivas inserções que pautam as biografias ocorrem em diversas esferas sociais: família, escola, círculos de sociabilidades, práticas culturais, entre outras. Deste modo, torna-se possível captar condições de estruturação das configurações disposicionais dos alunos, pelo que o problema da transição e integração no Ensino Superior é encarado de forma processual, concebendo-se as transições como momentos analíticos de um *continuum*. Embora existam rupturas institucionais entre ciclos de ensino, cada etapa não deve ser concebida como autónoma face às outras. As etapas articulam-se, ao invés, enquanto momentos biográficos dos indivíduos, devendo portanto ser analisadas de forma integrada. Neste quadro, é possível também abordar questões relacionadas com a mobilidade social, trabalhando à escala individual, sem dispensar, contudo, factores estruturais e contextuais relevantes. Analisando as relações entre este processo de mobilidade através de ciclos de ensino, recursos (individuais e familiares) e formas de integração no Ensino Superior (traduzidas em resultados académicos e integração social), procura-se apreender os mecanismos que operam como factores explicativos dos percursos dos estudantes no Ensino Superior.

Oficina 3 – *Interacção e Indisciplina na Escola*

Moderadora: Luísa Quaresma

24 (sábado) – 09h30m – Sala C607

Estreitando a Entrada: Medos e Interditos na Escola

Alexandra Leandro (ISCTE / Universidade Aberta)

No início da pesquisa, o olhar do etnógrafo está ainda longe de ser suficientemente articulado e englobante, situando-se preferencialmente em “territórios de observação” mais ou menos delimitados. O “Portão da Entrada” surge, desde o primeiro momento, como um destes territórios, incontornável. A interacção com a investigadora participa desta complexa dinâmica, que nada tem de óbvio, e cujos múltiplos significados abrem para um conjunto vasto de observações e reflexões, em torno do lugar da Escola como espaço de interligação de diferentes segmentos da sociedade, no qual se inscrevem e actualizam tensões e expectativas individuais, familiares, grupais, institucionais.

Enquanto *limite*, este espaço funciona como uma linha de diferenciação entre o que está dentro e o que está fora. Enquanto *fronteira*, implica a passagem de um lado para outro, envolvendo processos de mapeamento e de abertura controlada, a partir de dentro. Os mecanismos de informatização e as normas que regulam a entrada apontam para um espaço relativamente modelado. Contudo, o movimento de pessoas implica sempre o trânsito de percepções, valores, emoções. Pretende-se, deste modo, ensaiar uma leitura dos processos de disciplinarização da entrada na Escola, a partir da articulação entre rotina e experimentação, regulação e improvisação, procurando identificar e compreender as competências e mediações experienciadas.

Processos de reconfiguração da relação pedagógica: da interacção em sala de aula ao contexto sócio-cultural alargado

Nuno Miguel da Silva Melo Ferreira (ISCTE / FCT)

No âmbito de uma tese de doutoramento em curso, o estudo que se pretende dar a conhecer vai ao encontro dos processos de interacção na sala de aula do ensino secundário, entre aluno(s) e professor ao mesmo tempo que se tem em conta as mudanças culturais veiculadas pelos media e alicerçadas pelo acesso às TIC's, também elas cada vez mais presentes na escola.

Partindo de uma linha teórico-metodológica a meio caminho entre uma abordagem que incida nos processos discursivos e uma linha mais interaccionista onde contam os actores e os seus papéis diferencia-

dos, o estudo presente pretende articular a observação no terreno, entrevistas e inquérito. Tudo isto para se ir ao encontro das disposições intrínsecas que medeiam o mundo da veiculação institucional da estruturação de conhecimentos, aptidões e valores e o mundo de uma multiplicidade – muitas vezes em concorrência com o primeiro – de referências cognitivas e valorativas veiculados por fluxos culturais exteriores à escola. A sala de aula sofre assim, por hipótese, a influência de múltiplos contextos de acção sem deixar de ser o palco para processos de negociação operados entre aluno e professor.

Valores associados à autoridade e à autonomia sofrem, por hipótese, mudanças no decorrer das reconfigurações das instituições externas à escola situação que, a par de uma muito significativa intensificação das fontes de acesso ao conhecimento colaboram para uma reconfiguração de aspectos da relação pedagógica com expressão nas dinâmicas de negociação inerentes à aprendizagem escolar. O aluno representa, por conseguinte, esse elo de ligação entre o que se passa na sala de aula e os contextos de mudança paralelos.

Pretende-se com esta proposta dar a conhecer, de antemão, alguns dados preliminares da pesquisa: entrevistas a alunos e professores, uma primeira versão de um inquérito a alunos e, eventualmente, já alguns dados relativos à observação em sala de aula. Destacamos as aulas da disciplina de Português, por centrarem a acção na aprendizagem da língua, elemento pertinente para se analisarem as dinâmicas do seu uso. Este é especialmente sensível às negociações e acordos tácitos inerentes à relação pedagógica e que exprimem outra linguagem, implícita, para lá dos conteúdos manifestos. Não sendo dispensáveis, estes últimos são também analisados em aulas de disciplinas científicas com o objectivo de se dar conta de processos de concorrência entre fontes de conhecimento.

A escola e a turma como contextos de produção das experiências escolares dos alunos: composição social e processos escolares

Ana Diogo (Universidade dos Açores)

Contrariamente aos objectivos de homogeneização cultural e aos ideais de democratização associados à constituição da escola de massas, o acesso da população à educação escolar tem sido concretizado em contextos que estão longe de poderem ser assumidos como uma oferta uniforme. Há cerca de três décadas atrás a sociologia da educação veio, precisamente, chamar a atenção para a existência de efeitos de escola no desempenho dos alunos. Nestes estudos o desenho de investigação contemplou a apreensão das dinâmicas de funcionamento dos

estabelecimentos, perspectivando-as em oposição à sua composição social. Desde, então, um conjunto de factores, com destaque para a intensificação da procura de educação e para a defesa de políticas centradas nas escolas, tem contribuído para dar visibilidade crescente aos contextos escolares e à sua composição social. Pretende-se reflectir acerca do impacto deste fenómeno nas oportunidades dos diferentes grupos sociais, considerando escola e a turma enquanto contextos de produção das experiências escolares dos alunos. Para o efeito, dá-se conta de resultados de investigação realizados na região Açores que evidenciam a existência de contextos de escolarização diferenciados, quer em termos de composição social, quer em termos de processos escolares.

Violência e agressividade: questionamentos teóricos e empíricos

João Sebastião, Joana Campos, Tiago Caeiro & Mariana Gaia Alves (Observatório da Violência em Meio Escolar)

Procura-se nesta comunicação reflectir sobre alguns dos bloqueios que os autores vêm identificando no debate sobre a problemática da violência na escola, nomeadamente os resultantes da contaminação entre os discursos sobre a escola e as diversas formas de violência social. Frequentemente apresentada como a evidência mais objectiva da degradação dos objectivos e princípios da escola pública, a utilização indeterminada da noção *violência na escola* dificulta a sua compreensão já que esta recobre realidades ontologicamente diferenciadas. Partindo da distinção teórica entre *violência* e *agressividade* procuraremos ilustrar empiricamente essas mesmas diferenças, de modo a contribuir para a construção de um quadro sociológico de análise dos fenómenos de violência na escola.

Oficina 4 – Organizações e percursos escolares

Moderador: Tiago Caeiro

23 (sexta-feira) – 14h30m – Sala C608

Complexidade e Contingência como Contextos de Liderança de Escola

Maria de Fátima Chorão Sanches (Centro de Investigação em Educação/FCUL/Universidade de Lisboa)

Inserida num projecto de investigação sobre abandono escolar e seus contextos organizacionais de escola, a comunicação inicia-se com a análise crítica de um conjunto de pressupostos teóricos que congregam premissas inerentes, quer ao paradigma da

complexidade, em termos de interconexão e não linearidade, quer ao impacto dos contextos neo-liberais na governação das escolas e nas contradições resultantes do carácter imperativo da retórica oficial da qualidade da escola em confronto com a diversidade cultural crescente dos públicos escolares.

Sendo parte de um estudo de caso múltiplo de liderança, realizado em quatro escolas situadas em áreas suburbanas da grande região de Lisboa, utilizou-se uma metodologia que conjugou e complementou diversas fontes de dados e sua triangulação. A análise de conteúdo, em busca de unidades de sentido, desenvolveu-se e consolidou-se através de processos sistemáticos de comparação e revisão constantes. Entre os resultados obtidos, salientam-se os seguintes: (1) lógicas e princípios de liderança com expressão na governação diferencial das escolas; (2) acção de liderança socialmente orientada para fazer face às transformações culturais e sociais da comunidade em que as escolas se situavam; (3) liderança centrada na sustentabilidade de redes sociais, interacções e interdependências; (4) capacidade de aprendizagem organizacional; e (5) capacidade de atracção das famílias dos alunos, congregando-as nos múltiplos projectos existentes na escola.

O (in)sucesso educativo nas instituições de ensino privado: práticas e representações sociais

Maria Luísa da Rocha Vasconcelos Quaresma (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Nesta comunicação propomo-nos analisar os resultados preliminares de uma investigação de Doutoramento sobre o (in)sucesso educativo em contexto de duas instituições de ensino privado referenciadas como “escolas de sucesso” – identificação ancorada, nomeadamente, nos lugares cimeiros alcançados nos rankings escolares que, anualmente, preenchem a agenda mediática. Abordaremos as representações sociais de sucesso educativo dos elementos representantes dos diferentes órgãos da comunidade educativa (Directores Pedagógicos, Directores de Ciclo, Presidentes da Associação de Pais, de Antigos Alunos e de Estudantes), problematizando a multiplicidade de dimensões que integram o conceito de sucesso e equacionando o propósito destas instituições em (re)socializar o aluno, numa aceção plena e integral, e em dotá-lo de um *habitus* coerente e uniforme. Serão igualmente alvo de atenção as estratégias accionadas institucionalmente para a promoção do sucesso educativo ao nível, nomeadamente, das práticas pedagógicas, das actividades extracurriculares e da produção e difusão de uma cultura de escola onde a excelência surge como

uma constante discursiva. As entrevistas exploratórias realizadas aos representantes institucionais e as observações directas em contexto escolar constituíram material empírico de suporte aos resultados apresentados.

Associando-se os colégios privados a universos caracterizados pelo fechamento face ao exterior e, em específico, face a investigações de cariz etnográfico, daremos igualmente conta das (in)acessibilidades e (in)disponibilidades com que deparámos no primeiro contacto com estas instituições. Revelando-nos a incursão no terreno, inevitavelmente, surpresas e confrontando-nos com inesperados contratemplos e desafios, abordaremos os avanços, recuos e reestruturações no trabalho de campo a que a “intromissão” no quotidiano destes colégios nos obrigou.

Experiências brasileiras de ampliação do tempo de permanência do aluno na escola: concepções, formatos e efeitos.

Tânia de Freitas Resende (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais [Brasil])

Esta comunicação apresentará resultados parciais de uma investigação sobre as experiências de jornada escolar ampliada actualmente em curso no Brasil. O país tem uma tradição de organização do tempo na escola em turnos parciais, cujas jornadas têm duração média de 4 horas, mínimo previsto por lei para o ensino fundamental. Como resposta a demandas sociais e pedagógicas, bem como à legislação vigente, que prevê a ampliação progressiva do período de permanência do aluno na escola, têm sido implantados, nos últimos anos, diversos projectos de ampliação da jornada escolar ou de criação do tempo integral na escola. Tais projectos baseiam-se em diferentes concepções de educação integral e apresentam também distintos formatos. Parecem destacar-se dois modelos: um que é centralizado na escola, com ampliação da jornada feita mediante contratação de professores, e outro, que vem sendo caracterizado como “multisectorial”, no qual essa ampliação se baseia em parcerias com diversos sectores, instituições e programas governamentais ou não-governamentais. Os efeitos dos diferentes projectos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno ainda são pouco mensuráveis. Entretanto, certamente um efeito mais geral já deflagrado por eles é o de recolocar, agora em novos parâmetros, discussões clássicas na sociologia da educação, tais como a da função social da escola e a das relações entre família e escola na constituição do processo educacional e de seus resultados.

Ensino de Língua e Cultura Portuguesa: estudo com crianças portuguesas e luso-descendentes na Alemanha.

Ângela Nunes (IEC – Instituto de Estudos da Criança / Universidade do Minho)

Se é verdade que, recentemente, muito se tem falado sobre a divulgação e internacionalização da Língua Portuguesa, é igualmente verdade que a situação específica das crianças e jovens portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro, raramente tem sido incluída nas discussões institucionais em curso e pouco tem pesado no traçar das políticas de ensino que as envolvam directamente. O anseio, expectativa, dificuldades, contradições, esforços, conquistas ou, até mesmo talvez, eventual desconhecimento ou descaso, destas comunidades em relação ao ensino de Língua e Cultura Portuguesa às suas crianças e jovens, não estão devidamente documentados nem teorizados. O mesmo se passa em relação ao trabalho dos professores que assumem essa tarefa pedagógica. Sobretudo, não se sabe o que significa esse ensino para as crianças e jovens que o frequentam, como o incorporam no seu dia a dia escolar, na sua vida, que uso dele fazem, que efeito provoca na construção da sua identidade, nem que contribuição a sua experiência como indivíduos transculturais pode trazer à produção e divulgação da Cultura e Língua Portuguesa.

Esta comunicação apresentará resultados iniciais de um estudo etnográfico ainda em curso, envolvendo a comunidade portuguesa em três cidades na Renânia do Norte, Alemanha. A perspectiva teórico-metodológica é a da Antropologia, em diálogo com os recentes estudos interdisciplinares, nacionais e internacionais, sobre as crianças e a infância.

Oficina 5 – Gestão e autonomia das escolas

Moderador: Pedro Abrantes

23 (sexta-feira) – 16h15m – Sala C608

Estilos de liderança e escola democrática

José Palhares & Leonor Lima Torres (Universidade do Minho)

No que respeita ao ensino básico e secundário, as medidas de política educativa concebidas nas últimas duas décadas têm colocado na agenda das prioridades reformistas as dimensões da gestão e da liderança escolar. Desde a experiência propiciada pelo modelo de direcção e gestão do D.L. 172/91, passando pelo regime de autonomia, administração e gestão das escolas, consagrado pelo Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, até ao actual regime de autonomia aprovado pelo Decreto-Lei nº 75/2008, de

22 de Abril, tem-se procurado implementar uma estrutura de governação da escola que seja capaz de “reforçar a eficácia da execução das medidas de política educativa e da prestação do serviço público de educação”.

Ao longo deste percurso marcado por ensaios e reajustamentos morfológicos nos órgãos de gestão, denota-se uma valorização crescente do papel das lideranças no desenvolvimento da autonomia das escolas. Percepcionada politicamente como uma solução óptima para a resolução dos problemas da indisciplina, do abandono e do insucesso escolar, a liderança emerge paulatinamente como uma variável de controlo da excelência escolar, ao arrepio de uma cultura de gestão colegial historicamente enraizada nas escolas portuguesas. Apesar de serem claras as influências de inspiração neoliberal na forma como se reduz a realidade escolar a indicadores de natureza gerencialista, interessa, mesmo assim, interrogar a natureza da relação entre os estilos de liderança e gestão e os resultados escolares e o seu impacto no desenvolvimento democrático da escola.

Neste sentido, partindo da análise crítica aos Relatórios de Avaliação Externa das Escolas, elegemos como objectivo central desta comunicação a discussão dos significados conferidos a uma “boa liderança”, a uma “boa organização e administração escolar” e à sua eventual relação com os resultados escolares, de modo a compreendermos quais as tensões que este processo avaliativo comporta no plano das configurações e das práticas organizacionais das diferentes escolas-objecto. Interrogamo-nos se este processo não constituirá uma espécie de “missionarismo gestor”, que subverte as lógicas de decisão autónoma e democrática das escolas?

Uma Autonomia Relativa Alargada? Reflexões sobre um projecto emergente

Luiza Cortesão, Maria Helena de Araújo e Sá, Rosa Madeira, Eunice Macedo, Rosa Nunes & Corália Almeida (Instituto Paulo Freire de Portugal e CIIE-FPCE. Universidade do Porto)

Na comunicação que iremos apresentar será analisado um projecto actualmente em desenvolvimento e que pretende abordar questões de autonomia relativa num estabelecimento de ensino.

No presente contexto político e social de difícil articulação entre o social e o educativo, parece-nos importante aprofundar a compreensão sobre o modo como as escolas procuram conciliar preocupações relativas à consolidação da “escola para todos”, com o desenvolvimento de competências várias entre as quais se salientam a consciência

nos alunos do direito a cidadania e as exigências de “excelência académica”.

Este projecto consiste, essencialmente, num estudo de caso que, de uma forma algo metodologicamente transgressiva, se desenvolve numa metodologia próxima da investigação-acção. Assim sendo, e desenvolvendo a própria metáfora contida no título do projecto (seara) concebeu-se uma estrutura em espiga de que os grãos são materializados em pequenos trabalhos de investigação que são propostos e desenvolvidos por pequenos grupos (constituídos por professores, investigadores e alunos) de professores envolvidos no projecto.

Procura-se compreender em que medida os actores que intervêm na escola-parceira, que será sujeito-objecto de estudo, exercem a sua autonomia relativa em tomadas de decisão relativas a (i) condições de aprendizagem que permitam aproximar os resultados escolares das condições de “excelência académica”, (ii) a possibilidade de agência de escolas e de professores sobre a sua autonomia relativa ao longo da gestão do currículo explícito e oculto (Bernstein: 1999), (iii) critérios e processos de avaliação e de auto-avaliação que permitem inferir concepções de sucesso educativo, subjacentes a práticas educativas, (iv) a organização dos contextos sociais formais e informais que estruturam as relações sociais no interior das escolas, (v) a activação de mecanismos sociais e educativos face a situações de risco de absentismo, abandono, violência e mesmo de exclusão escolar.

Marketing Escolar: Comunicação pedagógica ou veículo publicitário?

Isabel Maria Bernardo Pereira Farinha (IADE, Escola Superior de Marketing e Publicidade / FCT)

Até há algum tempo atrás, seria seguramente despropositado abraçar a relação Escola e Marketing como campos interdependentes. Já na actualidade, práticas inovadoras de gestão educativa propiciaram articulações organizacionais inéditas nas entidades escolares do sistema público internacional. As escolas num quadro de autonomia são estimuladas a procurar parcerias e relações inovadoras, capazes de responder às necessidades da sua comunidade educativa. Percurso aberto a novas relações institucionais que inclui diferentes linguagens, ferramentas e agentes num contexto de liberalização dos mercados nacionais. Processo centrado na desregulamentação e privatização de empresas públicas num meio favorável à hegemonia das grandes corporações transnacionais, terreno fértil de acções de governança.

Contexto onde a mercadorização dos produtos educativos, e da escola pública, se articula com acções de comunicação escolar, com o *core business* e a responsabilidade social empresarial, axioma por seu turno, revelador da consciência pública da acção privada. Fenómeno que sustem esta problematização, e que visa além da identificação de uma tipologia de acções, obter o posicionamento, por parte da escola e da empresa, acerca da adequação dessas práticas a um dado Código de Boas Práticas, repercussões sócio-económicas e mediações inscritas nos modos de recepção do *in-school marketing*. Forma de comunicação que entende a escola, como o *media* ideal para impactar o mercado tridimensional criança (próprio, influenciador e futuro), tanto devido à dimensão e segmentação da população escolar, como ao tempo de permanência no espaço em si. Técnicas de socialização comunicacionais que transversalmente na Europa e na sociedade norte-americana articulam Estado, mercado e sociedade civil.

Escola, Democracia e participação dos alunos do 3º ciclo

Caridade Pereira, Manuela Cardoso, Fernanda Rocha & Ana Pedro (Universidade de Aveiro)

Esta comunicação propõe uma reflexão sobre a relação intrínseca entre democracia e educação, na perspectiva da gestão democrática, em particular na vertente relacionada com a participação dos discentes na vida da escola.

Sendo a educação para a cidadania uma preocupação central do actual sistema educativo, devem as escolas ser contextos facilitadores de uma vivência democrática. Esta pressupõe o fomento de experiências participativas, fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência e de uma atitude cívicas, possuindo um impacte superior a uma aprendizagem meramente cognitiva. Neste sentido e, no quadro do actual regime de autonomia das escolas, importa identificar os espaços formais e informais que são proporcionados aos jovens na tomada de decisões da vida organizativa da escola.

Em 2007 iniciámos um estudo em quatro escolas do Ensino Básico dos Concelhos de Aveiro e Espinho, abrangendo uma população de 94 alunos do 9º ano de escolaridade. Os resultados obtidos apontam para uma escassa participação dos alunos tanto ao nível dos órgãos de gestão/administração, como na elaboração dos instrumentos de orientação, planeamento e funcionamento das escolas.

Parece, assim, existir um défice de vivência de experiências democráticas na escola, situação que traduz a existência de uma instituição ainda afastada do seu

papel relevante na revitalização da sociedade civil e fortificação da democracia.

Oficina 6 – Os professores

Moderadora: Rosa Moinhos

24 (sábado) – 09h30m – Sala C608

A Reforma da Carreira Docente e da Gestão Escolar: Uma análise da conflituosidade sindical e profissional

Alan D. Stoleroff & Irina Pereira (CIES/ISCTE)

As medidas recentemente projectadas e legisladas para a transformação das relações de emprego e da carreira dos professores do Ministério da Educação situam-se no contexto da Reforma da Administração Pública implementada desde 2005 pelo actual Governo Socialista. As mudanças nas condições de emprego e carreira dos professores, bem como na gestão das escolas públicas, têm sido corolários de uma estratégia integrada de reorganização do sistema educativo português e de reconstrução dos papéis dos professores no ensino público, com o objectivo principal de aumentar a “eficiência escolar e educativa”. Assim, constatamos que tem emergido uma “teia de conflito” face a esta complexa articulação de objectivos reformistas do Ministério da Educação actual. Estes objectivos colidem com a defesa de interesses laborais, ethos e poder profissionais da classe docente. O objectivo geral desta comunicação é analisar a revisão do Estatuto da Carreira Docente e do modelo de Gestão e Direcção Escolar, e os padrões de conflito que têm emergido no sistema público de educação no decorrer das negociações dessas reformas. Um enfoque particular será dado ao Estatuto da Carreira Docente e, em particular, ao período da implementação e de renegociação do novo modelo de avaliação do desempenho dos professores. Por um lado, entende-se a aplicação desta medida como o momento que cristalizou as divergências entre os sindicatos e o Ministério da Educação no tocante aos interesses e poderes que têm sido desafiados pelas reformas e, por outro lado, entende-se a intensidade da mobilização colectiva como expressão da confluência de conflitos laborais, profissionais e organizacionais neste sector.

Estudando processos de mudança em contextos educativos: reflexividade, dialogicidade e aprendizagem sistémicas.

Gracinda Hamido & Margarida César (Escola Superior de Educação de Santarém; CIE – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa)

Pretendemos dar conta dos pressupostos epistemológicos que sustentaram/alimentaram a concep-

ção e desenvolvimento de um projecto de investigação visando realizar uma meta-análise de um processo de (re)construção curricular de um curso de formação inicial de professores. Adoptando uma abordagem de inspiração etnográfica, organizámos uma coreografia metodológica que se caracterizou como globalista, sistémica, teleológica. Observámos esse processo ao longo de um ano lectivo, focando e analisando o que os seus mais directos protagonistas (formadores de professores) fizeram, disseram, sentiram e pensaram acerca dele quer individual quer colectivamente. Realizamos entrevistas, tarefas de inspiração projectiva, observações de aulas e reuniões formais e informais. Foram também recolhidos dados documentais e realizados registos interpretativos em notas de campo.

As principais questões de investigação eram: Como é entendida a mudança pelos agentes que a protagonizam? Que campos de reflexão emergem por via dessa mudança? (saber científico, prática profissional, pertença institucional...?) Em que momentos e micro-contextos se inscrevem? Como se manifestam? Como evoluem? Como são regulados?

Neste estudo mobilizaram-se e cruzaram-se quadros de referência teóricos distintos visando a compreensão integrada das várias dimensões que o atravessaram: -da dinâmica estrutural, funcional e cultural da escola-organização que o acolheu; -da concepção curricular do curso em estudo; -dos próprios docentes, no plano da sua identidade e cultura profissionais e das suas relações/interacções. Do quadro analítico construído destacamos, nesta comunicação, resultados referentes a aspectos que o estudo permitiu iluminar na primeira das dimensões acima enunciadas, que designámos sistémica e cultural, numa óptica de clarificação da complexidade do objecto de estudo.

Olhares docentes sobre os rankings: que preocupações de fundo?

Eunice Macedo (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto)

Neste trabalho interrogam-se significados construídos por docentes acerca dos *Rankings das Escolas do Ensino Secundário*. Para isso, discutem-se as respostas a um questionário exploratório, aplicado a docentes desde a Educação Pré-Escolar até ao Secundário, com diferentes níveis de responsabilidade na gestão/liderança das escolas. Os questionários surgiram em contextos de formação de docentes e foram desenvolvidos em torno da interpelação de possíveis relações entre os *ran-*

kings, a avaliação de desempenho de docentes e o que ocorre nas salas de aula.

Entendendo que os *rankings* não constituem um instrumento de avaliação do sistema de ensino, mas um escalonamento das escolas, cuja divulgação/construção pública poderá ser apropriada nesse sentido pelas pessoas em geral, questiona-se, também, a sua (in)utilidade e (in)adequação a uma compreensão das realidades que se vivem hoje nas nossas escolas.

Assim, faz-se a articulação do fenómeno *rankings* com uma preocupação avaliativa emergente do sistema educativo e uma ideia de prossecução da excelência académica, a que parece associada a competitividade entre sistemas de ensino, entre escolas e entre indivíduos. A esta não parecem ser alheias as possibilidades de acesso ao Ensino Superior e o reconhecimento de qualificações, ao nível nacional e europeu, que parecem patentes quer nas preocupações das orientações de política educativa, ao nível europeu, quer nos modos de regulação inerentes às políticas públicas de educação em Portugal.

A abordagem corresponde a uma explicitação de preocupações mais amplas, no âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação, em que se preocupam compreender vozes emergentes de jovens, num contexto educativo, simbolizado pelos *rankings*.

O trabalho docente na era da escola empresarial: contradições e desafios

Aline Seiça (Escola Secundária D. Pedro V – Lisboa)

Nas sociedades globalizadas de hoje, guiadas por critérios predominantemente mercantis, a educação escolar tem vindo a ser repensada e, com ela, o sentido e a natureza do trabalho docente. No discurso oficial sobre educação são recorrentes as referências à eficácia, à qualidade, ao mérito, como valores a cultivar pela escola. Deste modo, a escola democrática e inclusiva vem a ser gradualmente substituída pela escola das performances, como se de uma organização empresarial se tratasse, com repercussões inevitáveis na organização da escola, nas aprendizagens e na formação global dos alunos, no trabalho docente e na imagem social da profissão. Olhados sob lentes empresariais, os professores são cada vez mais alvos de controlo em nome da eficácia do ensino e do sucesso dos alunos, pelo que às crescentes responsabilidades que lhes são atribuídas não corresponde nem o crescimento da autonomia, nem o reforço da autoridade nem sequer o reconhecimento do seu saber científico e profissional.

Coloca-se, portanto, aos investigadores educacionais e aos professores enquanto sujeitos duma praxis

profissional o desafio de encontrarem vias educativas que salvaguardem a democraticidade das escolas como espaços de formação de cidadãos críticos e capazes de exercer a democracia activa. Ao mesmo tempo, o desafio de reforçar a voz, a imagem e o poder transformador dos professores, tornando claros os princípios ideológicos que sustentam as mais recentes orientações das políticas educativas nacionais e internacionais, assim como as finalidades que visam.

Oficina 7 – Aprendizagem ao longo da vida

Moderadora: Alexandra Aníbal

23 (sexta-feira) – 14h30m – Sala C610

Motivações e Projectos de Adultos que “Regres- sam à Escola”

Luísa Delgado (Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Santarém)

Motivações e Projectos de Adultos que “Regressam à Escola” é o título da dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito da temática da Educação e Formação de Adultos, mais especificamente no domínio dos Cursos de Educação e Formação de Adultos, os denominados *Cursos EFA*, que se encontram em funcionamento desde 2000/2001, e que, pretendem representar um modelo inovador no domínio das práticas EFA, nomeadamente no que respeita à sua organização e estrutura curricular, às equipas pedagógicas e às entidades envolvidas na sua operacionalização.

Nesta comunicação pretende-se apresentar o estudo desenvolvido, tendo em vista contribuir para a compreensão das dinâmicas motivacionais de um grupo específico de destinatários daquela medida de política educativa e formativa: os desempregados, em particular os desempregados de longa duração, e outros indivíduos que, por razões de natureza diversa, se encontram igualmente numa situação dita de “vulnerabilidade”.

A operacionalização desta pesquisa passou pelo desenvolvimento de uma estratégia metodológica de cariz intensivo-qualitativo, que se veio a configurar como um estudo de caso. O estudo incidiu concretamente, sobre a análise das dinâmicas motivacionais de um grupo/turma de indivíduos que se encontravam a frequentar um curso EFA na área da restauração/hotelaria, curso este promovido por uma organização do denominado 3º sector da economia, ou seja, por uma instituição não lucrativa.

Muito sumariamente, pretende-se através desta comunicação apresentar, a principal problemática do estudo, os objectivos que este estudo em particular

procurou atingir, assim como os principais resultados e conclusões obtidas.

Ler com Arte: Uma experiência de alfabetização de adultos

Nair Rios Azevedo & Ana Isabel Matos (UIED-FCT-UNL / Escola Superior de Educação João de Deus)

O projecto aqui apresentado desenvolve-se junto a uma comunidade de imigrantes africanos, localizada no Prior Velho e que vivem num quotidiano com graves problemas habitacionais, de emprego, pobreza e exclusão social. A par dessas dificuldades, o fraco domínio da língua portuguesa (*crioulo* como língua de comunicação e de pertença) e o elevado índice de analfabetismo da população adulta, reforça a dinâmica de marginalização e exclusão, agravando o acesso ao mercado de trabalho, à integração e participação activa, aumentando a dificuldade de mobilidade social e consequente agravamento da pobreza.

O projecto *Ler com Arte* é acolhido pela *Associação de Moradores do Bairro da Quinta da Serra*, e desenvolve-se numa intervenção de carácter voluntário, quer dos que orientam e animam o projecto, quer dos que participam. A dimensão “voluntária” da intervenção e da participação constitui um referente fundamental, pela noção de “compromisso” que a todos envolve e interpela.

Ao intervirmos no âmbito de um projecto de alfabetização de adultos, enquadrámos a acção no conceito abrangente de *literacia*, entendida como a capacidade de compreensão e acção no mundo social, cultural e profissional envolvente. Assim, a literacia constitui um pilar fundamental para o pleno exercício de cidadania. Neste enquadramento conceptual, a alfabetização (aquisição e domínio da linguagem oral e escrita) aparece como fundamento e instrumento de literacia.

A leitura (e escrita) da palavra representa e suporta a leitura (e representação) do mundo.

Neste processo a *arte* aparece como elemento aglutinador, na medida em que se considera a experiência estética como fundamental na formação e desenvolvimento da pessoa, podendo proporcionar experiências gratificantes, “suficientemente novas” e motivadoras, com um forte contributo para um sentido de auto-realização. A arte facilita, ainda, a construção de um referencial simbólico importante ao domínio da linguagem.

Assim, partimos do contacto com a obra de arte e da sua significação individual, para a construção de uma narrativa/texto donde as palavras emergem e se enquadram.

É essa experiência de aprender a *Ler com (a) Arte* que esta comunicação dará conta.

Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências: Valorizar espaços plurais de aprendizagem

Miguel Marques Ribeiro (Associação Nacional de Oficinas de Projecto)

A actual década representa para a educação de adultos em Portugal uma viragem, resultante do aparecimento em 2000 do Sistema Nacional de Educação e Formação de Adultos (EFA) composto por novas ofertas de formação e de qualificação e atraindo para esta área de trabalho uma nova geração de profissionais.

Ao outorgar efectivo valor legal ao reconhecimento há muito efectuado pela Educação Permanente de que existe uma pluralidade de espaços (familiar, social, comunitário, laboral) capazes de se constituírem como contextos promotores de aprendizagens, para além dos espaços de educação formal, este novo sistema veio a operar mudanças profundas no próprio Sistema Educativo no seu todo.

Neste sentido adquire particular pertinência a apresentação dos resultados de uma investigação realizada entre em torno do sistema português de certificação de adquiridos (Sistema de RVCC) e no qual se colocaram, entre outras, as seguintes questões:

- Como e onde se fazem os percursos de educação dos adultos poucos escolarizados?
- Que metodologias são adequadas para analisar, compreender e avaliar as aprendizagens desenvolvidas pela experiência de vida?
- De que forma o sujeito constrói (subjectivamente e inter-subjectivamente) conhecimento relativo à sua experiência de vida?

Para responder a estas questões o autor analisou 18 dossiês de registo relativos a adultos que frequentaram o Centro Novas Oportunidades da Associação Nacional das Oficinas de Projecto, contendo documentos produzidos pelo/a próprio/a candidato e que integraram o seu dossiê de candidatura; e documentos produzidos pela equipa técnica do CNO.

Sucesso e literacia: as primeiras e as segundas oportunidades

Lucília Salgado (Escola Superior de Educação de Coimbra)

As políticas de educação prioritária têm como objectivo diminuir o número de estudantes colocados em situação de insucesso e abandono escolar.

No entanto a definição de insucesso varia segundo os países presentes podendo apenas afirmar-se que tem como traço comum o facto de, as crianças e jovens colocados em situação de insucesso não estarem a adquirir as competências necessárias a uma inserção social que lhes permita, à saída, usufruir dos mesmos

direitos profissionais, culturais e de cidadania das crianças e jovens que adquirem as competências propostas pelos respectivos sistemas educativos. Procurando eliminar o modo como cada sistema trata a questão do insucesso escolar, pode referir-se o relatório da OCDE-CERI – 1992 que relaciona as competências de leitura da população adulta (entre 15 e 65 anos) com as capacidades de integração no mercado de trabalho e o desenvolvimento socioeconómico dos países.

Verifica-se, no entanto, que este fenómeno tem um carácter precoce uma vez que é na entrada para o 1º ciclo do Ensino Básico que se começa a construir o insucesso escolar, precisamente pelo facto das crianças não aprenderem a ler devidamente, isto é, não se tornarem leitores fluentes, não adquirirem a competência literacia – perca da 1ª oportunidade.

Procuraremos discutir a razão desta não aprendizagem da leitura numa perspectiva de atribuição causal sócio- -institucional (Benavente) e do modo como os sistemas educativos e sociais de vários países, ao criar medidas de 2ª oportunidade menospreza as baixas competências de leitura das crianças não lhes oferecendo a resposta adequada.

Oficina 8 – Transnacionalização e Ensino Superior

Moderador: Hugo Mendes

23 (sexta-feira) – 16h15m – Sala C610

Os capitais económico, cultural e social e o rendimento académico: um olhar sobre estudantes do ensino superior público no alentejo

José Saragoça*, Alexandre Martins**, Adelinda Araújo Candeias*, Cristina Guerra*, Heldemerina Pires* (* Universidade de Évora / ** Instituto Politécnico de Portalegre)

Este texto, que podemos enquadrar no âmbito dos estudos sobre “os estudantes e as suas condições de vida, de trabalho e de inserção profissional” enquanto categoria das várias linhas de investigação do ensino superior que vem sendo realizada em Portugal (Nóvoa, 2005: 15), é apenas parte dos resultados duma investigação mais alargada, realizada no âmbito do estudo “A Influência de Variáveis Pessoais e Contextuais no Rendimento Académico. A Situação do Ensino Superior Público no Alentejo”, levado a efeito pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora¹.

¹ Mais informações sobre o projecto “A Influência de Variáveis Pessoais e Contextuais no Rendimento Académico. A Situação do Ensino Superior Público no Alentejo” (projecto POCI/ALE/04.01.02/0007/0002/2006) podem ser obtidas em <http://www.ciep.uevora.pt/poci/projecto/index.htm>.

O objectivo principal é proceder à apresentação e análise de dados relativos aos capitais económico, cultural e social, dado serem dimensões potencialmente preditoras do rendimento académico dos(as) estudantes. Assim, depois de apresentarmos um breve enquadramento que justifica as opções teóricas e metodológicas do estudo, procede-se à apresentação e análise dos dados por cada uma das dimensões atrás referidas (níveis económicos, cultural e social).

As principais conclusões mostram que, em termos de capital económico, existe um *gap* substancial entre os rendimentos das famílias dos alunos(as) inquiridos(as), de resto a principal estrutura de suporte aos estudos, o qual pode influenciar o nível de apoio familiar ao seu descendente que frequenta o ensino superior, pese embora os estudantes avaliarem de forma bastante positiva as condições sociais de existência, de alojamento e de estudo.

Concluímos, também, que grande parte destes alunos(as) são provenientes de famílias com baixos índices de escolaridade e baixos índices de prática e consumo de actividades e bens culturais, ou seja, apresentam-se com um capital cultural pouco potenciador do sucesso escolar.

Por outro lado, a fraca participação em colectivos e actividades de natureza religiosa, cultural, política, recreativa ou de solidariedade que se observou, parece ir de encontro certas hipóteses teóricas já clássicas no quadro da teoria sociológica, que afirmam a provável associação entre o desapossamento cultural e a baixa participação social, o que indicia um fraco capital social destes(as) estudantes.

Bolonha, um ano depois: estratégias e constrangimentos

João Carlos Pereira Mira Leitão (Instituto Politécnico da Guarda)

Este projecto teve o seu início em Março de 2007 tendo sido finalizado em Março de 2008, foi objectivo deste projecto proceder ao levantamento das estratégias de adesão ao Processo de Adequação a Bolonha das diversas instituições politécnicas, escolas e cursos da região centro.

Pretendia-se em concreto apurar as respostas às seguintes questões:

- “A formação superior preconizada por Bolonha teve contributos, nas diversas Instituições por parte dos diversos agentes sociais – parceiros e futuros empregadores?”;
- “Que mudanças sentiram os alunos neste primeiro ano de aplicação da ‘adequação a Bolonha’?”;
- “Que oportunidades/ameaças enfrenta o ensino superior politécnico nesta mudança de paradigma?”

- Utilizámos para concretização destes objectivos, a realização de inquéritos por entrevista e por questionário, no sentido de se proceder à recolha de informação dos diversos actores sociais;
- inquirir alunos e professores das 5 instituições em estudo (Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), Instituto Politécnico da Guarda (IPG), Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e Instituto Politécnico de Tomar (IPT)), através de um questionário;
- entrevistas aos presidentes dessas mesmas 5 instituições e aos respectivos Directores de Escolas e/ou Responsáveis pelo Processo de Bolonha na Escola.

A distribuição dos questionários, de professores e alunos, baseou-se num universo de cinco instituições politécnicas, vinte e quatro escolas, 1800 professores e 28000 alunos, tendo-se concretizado uma amostra de cinco instituições politécnicas, vinte e quatro escolas, 384 professores e 994 alunos, utilizou-se para isso uma amostra não causal por quotas, tendo em conta o número de escolas, cursos e alunos que os frequentam.

Da análise das entrevistas e questionários conclui-se que os processos foram processos, muito centralizados nalguns casos excessivamente, os perfis formativos na sua generalidade foram bem conseguidos, verificou-se que na implementação dos processos de adequação as escolas de Saúde e em particular os cursos de Enfermagem estavam perigosamente atrasados, surgiu uma nova esperança para as relações escola-indústria e serviços.

Quando as desigualdades sociais no acesso ao ensino superior se reflectem na inserção profissional dos licenciados

Natália Alves (Universidade de Lisboa)

A expansão do ensino superior que se verifica, nas últimas décadas, em todos os países ocidentais, tem inevitavelmente consequências sobre as características sociográficas da população estudantil. O aumento do número de estudantes traz consigo um alargamento da base social de recrutamento e uma diminuição das desigualdades. No entanto, o acesso a este grau de ensino continua ainda a ser marcado, em Portugal, por uma elevada selectividade social, como estudos recentes demonstram (Almeida *et alli*, 2003, Machado *et alli*, 2003, Martins, Mauritti e Costa, 2005, HIS, 2005). Todavia a desigualdade não se faz apenas sentir aquando do acesso à Universidade. Ela manifesta-se também no seu interior, através da oposição entre os cursos mais receptivos aos filhos das classes populares e aqueles que lhes continuam praticamente vedados. O ensino superior é, assim, marcado por uma sobre-selectividade social, resulta-

do da selectividade que se faz sentir à entrada e daquela que ocorre já no seu interior, fruto da antinomia entre os cursos onde se verifica uma abertura social e aqueles outros onde impera um forte fechamento social. Mas, se as desigualdades sociais no acesso ao ensino superior têm sido objecto de vários estudos, o mesmo não se verifica quando se trata analisar o efeito da classe social sobre os percursos de inserção profissional dos licenciados.

Com base na análise dos dados recolhidos através de um inquérito por questionário aplicado aos licenciados da Universidade de Lisboa entre 1999-2003, demonstramos que o alargamento da base social de recrutamento da Universidade de Lisboa não foi suficiente para atenuar a diferenciação horizontal a que se referem (Reimer e Pollak, 2005); assim como que a origem de classe dos diplomados continua, depois de terminada a formação académica, ser um dos atributos sociais que melhor permite compreender as diferenças nos percursos de inserção profissional.

REUNI e Processo de Bolonha: As reacções do Movimento Estudantil actual em análise comparada entre Brasil e Portugal.

Pablo Emanuel Romero Almada (Universidade de Coimbra – Faculdade de Economia)

Através do REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – tem-se ensaiado implementar mudanças significativas na estrutura do ensino superior brasileiro, nomeadamente nas questões de expansão de vagas e campus das universidades. Da mesma forma, o “Processo de Bolonha” - UE - alterou profundamente a estrutura universitária, principalmente em torno do pagamento das propinas, mobilidade educacional e rapidez na conclusão dos cursos.

Este artigo tem como proposta a análise das ações dos estudantes perante esse quadro de reformas universitárias. Será observado, através de análise documental e observação participante, como os movimentos reagiram perante essas modificações e como através dessas novas experiências dos estudantes, há a emergência de novas identidades, posicionamentos de classe, novas propostas alternativas e a construção de agentes sociais que mobilizam, no contexto da globalização, lutas por democracia, uma nova cultura política e novas formas de ação.

As hipóteses trabalhadas estarão às voltas da ideia de associativismo, ocupação e criminalização dos movimentos estudantis. As conclusões apontam para uma possibilidade de novas configurações das lutas sociais, mas em espaços já consagrados historicamente, como o das universidades.

Oficina 9 – Desafios e oportunidades da sociologia da educação

Moderador: Pedro Silva

24 (sábado) – 09h30m – Sala C610

Olhares da sociologia sobre as crianças e a infância na produção académica nacional (1995-2005): campos disciplinares, instituições e temáticas

Cristina Rocha & Manuela Ferreira (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto)

Nesta comunicação apresentam-se alguns resultados obtidos no âmbito da investigação levada a cabo acerca das crianças, da infância e da sua educação, na produção académica desenvolvida entre 1995-2005 nas Universidades Portuguesas (POCTI/CED/61355/2004). Estes reportam-se à área científica da sociologia e áreas afins. Procurar-se-á restituir e problematizar, para o período em análise, a configuração das temáticas formuladas pela investigação, as metodologias utilizadas, tomando ainda em consideração o mapeamento das instituições universitárias onde esta produção se localiza e a sua articulação com os campos disciplinares da sociologia onde o saber produzido se ancora.

Um “quase-vazio” a preencher? A Educação “não escolar” como objecto de investigação sociológica em Portugal

Alexandra Aníbal (Técnica Superior do Instituto do Emprego e Formação Profissional)

A presente comunicação resume um estudo realizado no âmbito do seminário “Investigação Sociológica em Portugal” do programa de doutoramento em sociologia do ISCTE. Pretende contribuir para o estudo da investigação sociológica na área da Educação, nomeadamente na sua vertente não-escolar, a das “formas de educação e aprendizagem (...) diferentes daquelas em torno das quais se estrutura a escola tradicional” (Afonso, 2005).

Utilizando o aparelho teórico-metodológico da sociologia da ciência, adoptou-se uma abordagem comparativa da produção científica em Portugal na área da Educação realizada em três campos disciplinares específicos: *sociologia da educação*, *ciências de educação* e *história da educação*. A selecção dos três campos científicos decorre do facto de neles existir uma tradição de investigação na área da educação, a par de uma prática de interdisciplinaridade que se prende com a génese das ciências sociais em Portugal (Pinto, 2004).

Considerando que as revistas científicas constituem um objecto de estudo privilegiado na investigação sobre a

produção científica de um determinado campo disciplinar, sendo identificadores claros da maturidade na estruturação dos campos científicos, entendidos como sistemas historicamente construídos de disposições e dominações. Elegeram-se como objecto de análise revistas associadas aos referidos campos e analisou-se a produção do conhecimento sobre educação/educação não escolar em cada um deles.

Assim, em termos metodológicos, analisaram-se, de forma rigorosa e sistemática, os artigos de revistas publicadas nos três campos científicos, entre 1997 e 2007, identificando, através da leitura dos respectivos resumos o tema principal de cada artigo.

A análise dos dados recolhidos permitiu identificar algumas tendências actuais da investigação substantiva em educação nos três campos científicos seleccionados.

Elementos para uma sociologia do “eduquês”. A ideologia e a realidade de um discurso público-mediático sobre a educação

Hugo Mendes (Ministério da Educação)

Durante a década de 90 do século XX, num momento-chave do processo de universalização do ensino básico e de massificação do ensino secundário, ganhou visibilidade pública uma ideia crítica da organização, práticas e discursos do sistema educativo português: o “eduquês”. Colocado em circulação por vários actores dos meios académicos e intelectuais próximos do campo mediático, rapidamente se transformou na qualificação favorita de um conjunto de representantes de uma posição político-ideológica conservadora sobre a escola democrática.

Quase hegemónico na avaliação público-mediática que é feita do ensino não-superior em Portugal, o “eduquês” tem passado ao lado da reflexão crítica das ciências sociais, e em particular da sociologia da educação. Esta comunicação pretende reflectir sobre este fosso entre o discurso científico-social e o discurso mediático (ainda que produzido por alguns cientistas sociais) sobre a escola, fazendo uso da análise de alguns textos centrais na difusão do discurso e de conteúdos mediáticos dos últimos anos. O “eduquês” será analisado na dupla dimensão do discurso: a ideológica e a cognitiva. O “eduquês” existe efectivamente nas práticas e discursos dos actores e tem impacto na organização das instituições educativas? Ou trata-se de uma ficção construída pela projecção de preconceitos ideológicos conservadores em relação à escola democrática? E na medida em que a ideia tem alguma validade cognitiva, o que o caracteriza para além do impressionismo da sua caracterização mediática, e quais são as suas consequências efectivas para a qualidade do ensino e da aprendizagem?

Estas são algumas das questões a que a sociologia da educação devia começar a dar resposta, na tentativa de qualificar o debate público-mediático sobre educação em Portugal, hoje quase monopolizado pelo discurso do “eduquês”.

O uso da sociologia em situação de formação, apresentação de uma experiência

Irene Santos (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa)

A presente comunicação procura apresentar um trabalho que se tem vindo a realizar no âmbito do curso de Profissionalização em Serviço, mais concretamente no módulo de sociologia da educação e da organização escolar. Este curso dirige-se a professores que ocupam há vários anos a função de docentes sem que para isso tenham formação específica para leccionar. Desenhar a “profissionalização em serviço” implica ter em conta o manancial de saberes e práticas dos adultos a quem se dirige, ou seja, estamos perante um público que vem fazer uma formação num tema, a educação, sobre o qual construiu já um sólido conhecimento, de um modo indutivo e autodidacta. O módulo de sociologia da educação e da organização escolar está estruturado de maneira a constituir-se enquanto lugar de reflexão a partir da experiência, mediada pelo recurso à literatura científica. Um trabalho de formação centrado nas experiências permite, pelo trabalho de explicitação e de interpretação, participar num processo de afirmação e de atribuição de sentido para a acção. A narrativa, analisada com o apoio da literatura, permite a cada um compor a base conceptual necessária ao exercício da sua prática lectiva. Esta metodologia de formação pretende ainda valorizar e dar visibilidade a práticas instituintes de produção de inovações. Nesta comunicação pretende-se apresentar este trabalho onde o recurso ao conhecimento produzido pela sociologia da educação é apropriado de forma a apoiar uma observação e reflexão dos professores sobre a sua realidade escolar e pedagógica.

POSTERS

(por ordem alfabética do primeiro autor)

Formação de nível superior na área das TIC: evolução da oferta e procura

Alexandra Isabel Francisco Duarte (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

Tem sido referido pelo sistema político, bem como por várias vertentes da sociedade, que existe uma escassez de trabalhadores altamente qualificados em TIC e que essa situação pode ser uma condicionante para a competitividade dos países crescentemente informatizados e globalizados.

Uma das justificações apontadas para este facto é que o sistema de ensino superior não tem acompanhado a evolução da oferta de emprego qualificado nesta área. Isto é, que tem existido um desajustamento entre oferta e procura de emprego na área das TIC, que em parte é resultante de uma desarticulação entre a oferta formativa TIC e as necessidades de trabalhadores altamente qualificados por parte das empresas.

A questão que se poderá colocar é: existirá efectivamente um não acompanhamento por parte da oferta formativa TIC, que possa justificar esta hipotética escassez de recursos humanos TIC no mercado de trabalho? Ou será antes que a área das TIC é uma área de formação superior pouco atractiva para os estudantes do ensino secundário que estão em situação de ingressar no ensino superior? Os dados estatísticos parecem ir mais de encontro à segunda hipótese, ou seja, parece revelar-se mais este “desinteresse” da população discente, do que propriamente a existência de uma oferta formativa insuficiente. Através dos dados estatísticos descritivos do OCES consegue-se caracterizar a oferta formativa TIC nos últimos anos em Portugal, assim como apreender o nível de atractividade destes cursos para a população discente.

Competências-chave na sociedade de conhecimento – a importância da tutoria e do estudo acompanhado (escolas e centros educativos privados)

Ana Carvalho* & Ana Pedro** (Universidade De Aveiro - Departamento De Ciências Da Educação)

A educação é uma via de preparação para que o sujeito se adapte a situações novas. Assim, convém criarem-se condições que fomentem a autonomia gradativa e uma postura activa, desenvolvendo-se capacidades e competências através da tutoria. Nesta perspectiva, e a partir da função desempenhada pelo professor tutor, o Estudo Acompanhado (EA) constitui-se num espaço/tempo partilhado, propiciador de reflexão, diálogo,

consolidação de relações interpessoais, gestão e participação em projectos, esperanças, interesses e valores, revelando-se numa metodologia dinâmica, de prevenção e formativa, pela identidade pessoal e pelo processo de ensino-aprendizagem. O professor tutor orienta a aprendizagem, auxiliando na organização do estudo, a alcançar metodologias de trabalho, a investigar, enfim, a *aprender a aprender*. Além disso, hoje em dia não é apenas a escola que se associa à educação, assistindo-se, cada vez mais, à expansão de outros contextos (não formais e informais), cuja função se assemelha a esta. É o caso dos centros educativos privados (CEP) que se encontram em forte ascensão em Portugal e também na restante Europa, nomeadamente, Espanha. O estudo que se está a desenvolver pretende, pois, conhecer a realidade de algumas escolas do 1.º CEB e de CEP do distrito de Aveiro, ao nível da tutoria e do estudo acompanhado numa perspectiva comparativa, procurando discutir a natureza dos seus contributos na aquisição de competências-chave imprescindíveis para uma participação na sociedade de conhecimento, bem como o seu potencial axiológico-valorativo na linha de uma cidadania interventiva, esclarecida e crítica.

A utilização da Internet por crianças e jovens: educação ou perda de tempo, risco ou oportunidade?

Ana Francisca Monteiro & António José Osório (Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança)

A utilização da Internet por crianças e jovens tem colocado a escola, bem como a família, perante um conjunto vasto de desafios. Reclama-se a segurança dos mais novos quando estes acedem à Internet e o melhor aproveitamento das oportunidades que ela pode oferecer. Contudo, o contributo que a denominada aprendizagem informal pode dar para o contexto escolar ainda está por averiguar. Apesar de se considerar que as crianças e jovens são peritos no uso de novas tecnologias, que competências são essas e de que forma podem ser positivamente integradas na educação escolar permanece em grande parte desconhecido. Paradoxalmente, parece igualmente prevalecer a ideia de que essa agilidade e predisposição para lidar com os novos media não correspondem a experiências educativas, sendo apenas puro lazer ou até perda de tempo. Da escola espera-se ainda que responda eficazmente à reclamada prevenção relativamente aos riscos da Internet. Esta problemática reveste-se de maior importância à medida que também os lares e as escolas portuguesas vão potenciando o acesso à Internet em grande escala. Com as políticas públicas de distribuição de computadores portáteis com acesso à Internet a crianças e jovens, estão inclusive criadas as condições para que a sua utilização se faça cada vez mais cedo e de uma forma bastante autónoma e livre. Sustentada numa investigação para doutoramento sobre esta temá-

tica, esta comunicação pretende, a partir de uma reflexão teórica e prática, desenhar com mais clareza os contornos das preocupações em torno da relação crianças, jovens e Internet.

A constituição de turmas no 5º ano: estudo de um caso

Ângela Maria Pombo Martins (FCSH-UNL)

No final da minha licenciatura, sob a orientação do Professor Doutor Sérgio Grácio, realizei um estudo de caso de uma escola pública de 2º e 3º ciclo, no concelho do Seixal, com o objectivo de conhecer o processo de constituição de turmas de 5º ano (ano lectivo de 2006/2007), assim como as eventuais consequências desse processo.

Tratou-se dum estudo de tipo “etnometodológico”, tentando compreender um dos processos ocorridos no seio da escola, a constituição de turmas, processo que contribui, entre outros factores, para o “output” gerado pela escola pública.

Verificou-se, entre outros aspectos, uma centralização do processo de constituição de turmas na figura do Presidente do Conselho Executivo, assim como a mobilização de critérios de constituição de turmas com efeitos selectivos, estes por vezes “ignorados”, seja pelo próprio responsável pelo processo, seja por outros professores da escola.

Por outro lado, esta investigação exemplifica um dos papéis que o Sociólogo poderá ter no seio de uma escola: um papel de investigação, é certo, mas orientado para a obtenção de uma melhoria do sistema de ensino e, em última análise, para a melhoria da sociedade em que está inserido. Tratar-se-á de acrescentar no seio deste campo, tão importante e fundamental, que é a Educação, mais um “olhar” analítico e crítico, embora o mais imparcial e neutral possível.

Por último, os resultados deste trabalho poderão contribuir para a discussão à volta do processo de avaliação de desempenho dos professores, profissionais com diferenças entre si e posicionados face a um público igualmente diversificado.

O estudo das relações sociais dos bebés na creche: uma abordagem interdisciplinar

Ângela Maria Scalabrin Coutinho (Universidade do Minho)

Esta comunicação tem por objectivo apresentar algumas reflexões sobre a produção no campo da sociologia e da educação sobre os bebés e as suas relações sociais no contexto da creche, bem como as possibilidades de diálogo entre diferentes áreas do conhecimento no estudo de problemáticas interdisciplinares como são as relacionadas às

crianças e às suas infâncias. Para tanto, toma como referência uma pesquisa de doutoramento em andamento que tem como objectivo investigar as relações socioeducativas dos bebés, no sentido de buscar indicações para a formação das professoras de educação infantil. Algumas perguntas que orientam o estudo são: a capacidade atribuída às crianças requer que se aprofunde o conhecimento de seus modos de organização a partir da análise das relações entre os bebés, dada a forma como estruturam suas interações e modos de comunicação, assim, em que medida as significações autónomas que produzem, já anunciadas por outros estudos, se consolidam em sistemas simbólicos padronizados? Em que medida os bebés reinterpretam a cultura societal nas suas acções sociais? Que relações se estabelecem no interior das interações entre os pares? Pensar de modo específico a acção social dos bebés a partir do diálogo da educação com a sociologia parece-nos uma possibilidade de buscar indicativos para os cursos de formação de professoras, que muitas vezes excluem dos seus currículos as especificidades dos processos educativos com as crianças bem pequenas, temática também bastante ausente na produção teórica das áreas.

Geração TEIP: *One size fit's all*

Angelina Carvalho & Maria José Araújo (Centro de Investigação e Intervenção Educativas – FPCE-UP, Universidade do Porto)

Numa aproximação à experiência francesa das ZEP – Zone d'Excellence Pédagogic (anos 1981/84), a medida de política educativa criada nos anos 90 do séc XX, conhecida como Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), teve diferentes desenvolvimentos. Apareceu como uma estratégia de remediação; criou espaços de autonomia, desenvolveu redes de colaboração e parcerias; cruzou-se com as novas orientações para a gestão flexível do currículo e favoreceu a sua adopção nas escolas; rompeu com o isolamento e a incomunicabilidade entre os diferentes ciclos de ensino. Resultou, em muitos casos, num olhar para as escolas como espaços deficitários; levou a práticas pedagógicas que não ousaram a ruptura e reforçaram mais do mesmo; inscrevendo-se em escolhas de menorização; foram “balão de ensaio” para a medida administrativa que criou os agrupamentos.

A generalidade dos TEIP's desaparece no fim do século XX, para surgir de novo em 2007/2008.

Como vai esta medida possibilitar a alteração das práticas pedagógicas? Como emerge agora o con-

ceito de trabalho em rede, parcerias e desenvolvimento local? Que autonomia para as escolas? Como se desenvolvem nos contextos organizativos, tendo em conta as alterações de estatuto dos professores e as dificuldades de desenvolvimento organizacional vividas nas escolas? Partindo da nossa experiência como docentes/membros dos Conselhos Pedagógicos dos TEIP's de Aldoar e do Cerco do Porto, apresenta-se uma leitura interpretativa destas questões e pretende-se enunciar um espaço de intervenção que optimize as condições e encontre, entre a enorme máquina legislativa e a floresta de escolhos, corredores de liberdade e espaços de construção.

Escolhas escolares: Um retrato à Entrada do Ensino Secundário

Cristina Roldão, David Nóvoas, Susana Fernandes & Teresa Duarte (Observatório de Trajectos dos Estudantes do Ensino Secundário – Equipa integrada no GEPE/ME)

O que leva os alunos a prosseguir estudos no ensino secundário? Que razões presidem à escolha do estabelecimento e do curso neste nível de ensino? Que fluxos de mobilidade inter-escola e inter-curso podem ocorrer no ensino secundário? Será que estas escolhas escolares, inerentes à transição para o pós-básico, são “moldadas” por condicionantes sociais ultrapassando-se, assim, uma perspectiva individual e de livre-arbítrio?

A presente comunicação pretende contribuir para a reflexão sobre estas questões, a partir da análise dos dados resultantes do questionário de âmbito nacional “Estudantes à Entrada do Nível Secundário de Ensino”, aplicado em 2008 pelo *Observatório de Trajectos dos Estudantes do Ensino Secundário* (OTES) em 588 estabelecimentos de ensino (público e privado) e a 46188 alunos do 10º ano ou equivalente.

Educação Inclusiva: A voz dos alunos.

Joaquim Melro & Margarida César (Escola António Arroio)

A educação inclusiva, ou seja, uma educação efectiva e de qualidade para todas as crianças e jovens (César & Ainscow, 2006), tem-se tornado o maior desafio que os sistemas educativos enfrentam. Assim, tem existido um crescente interesse em relação à conceptualização e implementação da educação inclusiva. No entanto, assistimos, ainda, no quotidiano das escolas, a algumas resistências à efectivação de muitos dos princípios de educação inclusiva. Deste modo, a exclusão, escolar e

social, continua a persistir nos cenários de educação formal, bem como na sociedade.

Esta investigação, integrada no projecto *Escola Inclusiva: Do possível ao inadiável!*, procura compreender como é que uma escola pública secundária de Lisboa inclui alunos em condição de necessidades educativas especiais, nomeadamente surdos. Assumindo um *design* de estudo de caso e assumindo o paradigma interpretativo, teve como participantes 9 alunos surdos e como instrumentos de recolha de dados a entrevista semi-estruturada, a observação participada e a recolha documental. Os dados foram tratados através de uma análise de conteúdo sucessiva e aprofundada, que fez emergir categorias indutivas de análise.

Os resultados levam-nos a questionar até que ponto a escola põe em prática os princípios da Educação Inclusiva já que, para estes alunos, porque feita numa língua que não a sua, a mediação da linguagem oral e da cultura de escola se revela constrangedora das suas aprendizagens e, por consequência, da sua inclusão na sociedade, pondo em evidência as fragilidades das escolas em assegurar o inadiável: que a educação seja equitativa e para todos.

A sociologia da educação perante corpos e sexualidades jovens na escola e na sociedade na actualidade

Laura Fonseca (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto)

Esta comunicação, centrada em teorizações sociológicas da educação, tem por base uma pesquisa em curso com jovens, realizada nas escolas (2º e 3º ciclo e secundárias) e noutras instituições educativas, localizadas nos distritos do Porto e Aveiro. Enquadra-se no trabalho do projecto Sexualidades, Juventude e Gravidez adolescente a Noroeste de Portugal, financiado pela FCT - Sociologia e Demografia. A partir dos sentidos e experiências contadas pelos/as jovens acerca de como as sexualidades são tratadas e investidas, procura compreender-se, por um lado, os processos de se tornar criança ou jovem genderizada e sexualizada e as múltiplas formas de construir masculinidade e feminilidade nas escolas e, por outro, perceber as relações e compromissos das instituições educativas com a construção da cidadania, incluindo a necessária cidadania sexual e da intimidade. Exploram-se assim, as formas como as sexualidades jovens estão a ser promovidas pelas diferentes escolas estudadas (punidas, permitidas, silenciadas ou encorajadas) e como elas se relacionam com outras “diferenças que fazem a diferença” – idade, classe, género, etnia, orientação sexual e local, etc.

Há aqui uma reflexão contemporânea acerca de como as escolas re/produzem e são espaços de educação e de transição da variedade social.

‘Aqui não há problemas desses’: educação, privilégio e racismos

Marta Araújo (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra)

Em comparação com outros países europeus, Portugal teve uma apropriação lenta dos debates sobre diversidade, o que tem sido associado ao contexto da integração nacional na União Europeia, e não a uma reflexão aprofundada sobre a sua condição pós-colonial. Na actualidade, enquanto Portugal se reinventa como multicultural, os discursos emergentes sobre a diversidade continuam a centrar-se em determinadas zonas metropolitanas, construindo-a como um fenómeno localizado geograficamente (e logo, intimamente relacionada com a presença do que é estranho). Dadas as configurações contemporâneas dos racismos – tão incorporadas estruturalmente que dispensam a sua expressão (Goldberg, 2008), as zonas consideradas homogêneas do ponto de vista etno-racial são particularmente interessantes para se compreender como se mantém (e desafia) o privilégio conferido pela branquitude – (*white privilege*), conceito desenvolvido no âmbito dos estudos críticos sobre racismo e que começa a ser usado pela Sociologia da Educação. Assim, nesta comunicação, irei explorar esta questão através de dados de um estudo qualitativo recentemente concluído em duas escolas portuguesas.

Inserção Profissional e Formação Qualificante: Estudo de Caso no Centro de Formação para a Indústria Electrónica

Miguel Baião dos Santos (Instituto do Emprego e Formação Profissional [IEFP])

A inserção profissional após a formação é fruto de vários factores, sejam eles de natureza intrínseca aos indivíduos sejam devidos a dimensões exógenas. Os dispositivos para atingir a inserção, revelam-se cruciais neste enquadramento, porquanto se encontram num eixo entre o facto de alguém estar ou não empregado. No presente estudo sinalizaram-se quais os dispositivos que são utilizados pelos ex-formandos do Centro de Formação para a Indústria Electrónica (CINEL) após a conclusão de formação qualificante, identificando-se alguns matizes, designadamente no que diz respeito a variáveis de carácter sócio-económico e inerentes à própria formação. Conclui-se que a idade, a nacionalidade, o nível de qualificação e

de escolaridade dos pais e as características da formação profissional, têm relação com o dispositivo pelo qual os ex-formandos atingem a inserção profissional.

Violência escolar ou escola violenta?

N. Barros & M. César, Universidade de Lisboa, Departamento de Educação & Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências

Para a comunicação social, o fenómeno da indisciplina e da violência escolares é um produto cada vez mais vendável. Tem-no abordado frequentemente mas, segundo Barroso (2003), gosta de o empolar, descontextualizando-o, não contribuindo para análises rigorosas. Existe também filmografia sobre a violência escolar: *Bowling for Columbine*, onde estudantes americanos assassinam outros colegas de um mesmo espaço/tempo de educação formal; ou *A Turma*, iluminando os desafios da multiculturalidade, pobreza e violência das escolas da periferia de Paris.

Pela actualidade deste problema, realizámos um estudo de caso intrínseco (Stake, 1995), numa escola com ensino básico e secundário, nos subúrbios de Lisboa. Assumimos uma abordagem interpretativa e pretendemos pensar a indisciplina e a violência escolar a partir das condições da própria escola. Pensar a escola como organização e perceber os factores organizacionais que influenciam a indisciplina e a violência, caracterizando-as. Os participantes são todos os alunos considerados problemáticos dessa escola (n=32). Os instrumentos de recolha de dados em que nos vamos centrar são o questionário e a recolha documental. Os dados foram tratados recorrendo à estatística descritiva.

Os resultados obtidos quanto ao ano de escolaridade, género, retenções e nacionalidades permitem compreender aspectos relevantes deste fenómeno, nesta escola: que não existe a partir do 11º ano de escolaridade; que é mais frequente no género masculino e em alunos com insucesso acumulado; e que se distribui de forma não uniforme pelas diversas nacionalidades. Salienta-se a complexidade deste fenómeno a iluminar-se a necessidade de actuações concertadas por parte das escolas e dos diversos agentes educativos.

As Ilhas da Educação: Entre a Utopia e as Moscas. O caso do desempenho dos alunos Africanos a ciências.

Pedro Moreno da Fonseca (Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto [ISFLUP])

São apresentados resultados de uma investigação em curso, para efeitos de obtenção do grau de Doutor em

Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O estudo ocorre em três fases:

- Estudo etnográfico livre de curta duração, de modo a afinar as metáforas e conceitos em investigação, através da análise de interações em contexto de sala de aula;
- Análise dos resultados do estudo PISA 2006. É feita inferência estatística a partir da sub-amostra Portuguesa, de modo a aferir diferenciais de desempenho a ciências, entre estratos sócio-económicos, etnias e níveis de urbanismo. É investigada a influência de variáveis directamente relacionadas com a gestão e estrutura da escola;
- Estudo etnográfico visando alunos de escalão etário semelhante ao analisado pelo PISA, em contexto de sala de aula (interações físicas, linguagem verbal, veiculação do grupo pelo professor, forma de apresentação das noções abstractas).
- As duas primeiras fases do estudo revelaram evidência de 3 aspectos:
- Os dados do PISA confirmam a hipótese de uma estrutura sócio-económica estratificada, subjacente aos diferenciais de desempenho dos alunos. O estatuto sócio-profissional dos pais estabelece-se como variável de diferenciação clara;
- Os resultados dos alunos estrangeiros são significativamente inferiores aos dos Portugueses, mesmo depois de se efectuar o controle das variáveis sócio-económicas. Em particular, a diferença da comunidade com origem nos PALOP é muito elevada, independentemente do estatuto sócio-económico analisado;
- As variáveis a nível da escola inquiridas pelo PISA não são significativas ou são insuficientemente aprofundadas para explicar variações no desempenho dos alunos.

Educação e Empregabilidade em tempos de flexi(n)segurança

Sandra Isabel Gonçalves Saúde (Instituto Politécnico de Beja – Escola Superior de Educação)

O actual contexto económico remete-nos para a necessidade de reflectir de uma forma diferente sobre a problemática da relação escola – mundo do trabalho e, particularmente, sobre os processos de “construção” da estabilidade no mercado de trabalho e de definição do perfil de empregabilidade.

A globalização da economia, internacionalizada e fortemente interdependente, e a emergência de novos modelos organizacionais, que se caracterizam pela necessidade de responder rapidamente à mudança, acarretaram alterações de natureza e de conteúdo nas estruturas ocupacionais: a mão-de-obra tende a ser maioritariamente qualificada, com um predomínio da

polivalência e da integração de funções, sendo os vínculos contratuais cada vez mais fluidos e instáveis. São também novos e diversificados os critérios de recrutamento; as actividades a desempenhar ao longo da vida são variadas e, como consequência, as necessidades de formação são transversais ao percurso profissional.

Neste contexto, urge enriquecer a capacidade de resposta dos seus actores, particularmente, de empregados e candidatos a emprego. Para estes, as novas regras de mobilidade, de contratação, de concorrência, exigirão capacidades acrescidas nos domínios do “saber-estar”, “saber-ser” e “saber como agir” dado que, num sistema de emprego menos “protegido” e mais dinâmico (que flexibiliza as regras de contratação) a mudança e a evolução de perfis profissionais serão vertiginosas. O mercado de trabalho flexi(n)seguro exige dos profissionais novos modelos de conduta e de acção mais pró-activos, que lhes permitam dar resposta não só ao desafio da mudança frequente de papéis e funções como também ao da gestão emocional da instabilidade e transitoriedade crescentes.

É no âmbito desta reflexão que se situa o estudo desenvolvido ao longo de 4 anos¹ e que me permitiu explorar e desocultar alguns dos factores estratégicos que ajudam a definir (e a *estrangular*) o perfil de empregabilidade e de competências de candidatos a emprego munidos de um diploma de finalização de um curso do ensino superior. As conclusões extraídas considero-as úteis para servir de mote à reflexão em torno de: “...que escola, que perfil formativo, que competências-chave se justificam face às características da sociedade actual?” (denominada por alguns como de conhecimento) com novos e transversais paradoxos sociais, económicos e financeiros, entre outros.

Dinâmicas e tensões nos processos de colaboração entre professores: um caso na área do Português

Susana Mira Leal (Universidade dos Açores)

A revisão do currículo da escolaridade secundária desenvolvida entre 1999 e 2006 configurou um quadro de visível transformação na área do Português. O novo plano de estudos e as novas orientações programáticas para a disciplina de Português criada no contexto, acesamente discutidas na esfera pública, iniciaram, entre os professores da área, um processo dinâmico de (re)interpretação colectiva dos novos princípios e orientações programáticas e das respectivas possibilidades de recontextualização pedagógica, que procurámos compreender num estudo desenvolvido no contexto.

A investigação em referência incluiu um estudo de caso, compreendendo a entrevista e a observação

das práticas interaccionais desenvolvidas entre os professores do Departamento de Línguas de uma escola básica/secundária da Região Autónoma dos Açores com responsabilidades directas na leccionação da recém-criada disciplina de Português, durante as reuniões de trabalho desenvolvidas informalmente, por iniciativa dos próprios professores, no final de um ano lectivo, ao longo do ano lectivo seguinte e no início do subsequente.

O estudo permitiu apreender o processo de construção colectiva da área no contexto em apreço, desvelando as dinâmicas e tensões que perpassaram as práticas de colaboração e 'negociação' colectiva desenvolvidas entre os professores implicados no processo de 'leitura' e recontextualização pedagógica do discurso oficial para a área.

Moralizar ou democratizar a(s) consciência(s)? Práticas e representações no espaço da formação cívica. Análise comparativa de duas escolas da AML.

Vera Lúcia da Cruz Henriques (CIES / ISCTE)

consistiu numa análise comparativa entre duas escolas da Área Metropolitana de Lisboa, que acolhem populações estudantis muito diferentes em termos de recursos sociais e económicos e de atitudes face à escola. Esta comparação foi feita a partir da Área Curricular Não Disciplinar de Formação Cívica, porque é uma área que, no nosso entender, tem propósitos bastante ambiciosos nos actuais currículos escolares. Um dos principais objectivos da Formação Cívica passa por formar alunos esclarecidos para que possam ser cidadãos críticos e conscientes no futuro. Ao nível dos documentos oficiais, os princípios que esta área preconiza enquadram-se numa tentativa de incutir nos alunos competências para que eles possam participar de forma mais esclarecida na sociedade. A partir da observação de aulas e da realização de entrevistas a alunos e professores de Formação Cívica, a finalidade deste trabalho foi analisar as representações que professores e alunos mobilizam em torno desta área e de que forma estes valores se exteriorizam nos discursos e nas práticas.

Nesta comunicação pretendo apresentar os principais resultados da minha tese de Mestrado realizada este ano (2008). Esta investigação

APOIOS

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA



DIRECÇÃO-GERAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



ENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA



EMBAIXADA DOS E.U.A.



INSTITUTO CERVANTES DE LISBOA



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

